

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	16
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	19
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	20
2.5 Medições não contábeis	22
2.6 Eventos subsequentes as DFs	24
2.7 Destinação de resultados	26
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	27
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	28
2.10 Planos de negócios	29
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	31
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	32
5.2 Descrição dos controles internos	33
5.3 Programa de integridade	34
5.4 Alterações significativas	35
5.5 Outras informações relevantes	36

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 Os diretores devem comentar sobre:

As demonstrações financeiras consolidadas de 2022 estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 16 de outubro de 2019 a Companhia e determinadas controladas protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Em 18 de dezembro de 2020 a Companhia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Companhia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizadas nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação pelo Juízo.

Com o objetivo de recuperar a saúde financeira da Companhia e das controladas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram executadas as seguintes ações previstas nos planos:

- i) conclusão das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, com todos os parques em operação comercial – 424,5MW;
- ii) aumento do capital da companhia com conversão de crédito por partes relacionadas;
- iii) acordo junto a investidores para finalização das obras do Parque Solar Caetité – 4,8MW;
- iv) conclusão da venda da UPI Enerbrás;
- v) empenho da Companhia em buscar compradores para os projetos em desenvolvimento.

Os passivos do Grupo Renova negociados no âmbito da recuperação judicial foram segregados em quatro classes. O quadro abaixo demonstra a posição atualizada dos credores em 31 de dezembro de 2022. *(Os valores a seguir são expressos em milhares de reais).*

Classes	Saldo em 31/12/2021	Créditos habilitados	Pagamentos realizados	Crédito convertido em ação	Juros/ Encargos	Saldo em 31/12/2022
Classe I - credores trabalhistas	19.817	2.309	(20.726)	-	20	1.420
Classe II - credores com garantia real	933.336	-	(84.757)	-	110.565	959.144
Classe III - credores quirografários	500.386	592.689	(16.240)	(789.072)	22.877	310.640
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	3.562	(114)	(3.017)	-	313	744
Extraconcursal	-	28.309	-	-	-	28.309
Total	1.457.101	623.193	(124.740)	(789.072)	133.775	1.300.257

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Classe I contempla os credores trabalhistas cujos pagamentos ocorrerão da seguinte forma:

- a) Créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de 5 salários-mínimos com prazo de pagamento de 30 dias após a homologação do plano (pagamentos efetivados).
- b) Valor adicional de até R\$10 mil para cada credor trabalhista limitado ao valor do respectivo crédito em até 60 dias da data de homologação do plano (pagamentos efetivados).
- c) O pagamento do saldo remanescente será realizado por meio de uma das duas opções abaixo:
 - i. Opção A: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 12 meses reajustado por taxa equivalente a 0,5% ao ano acrescida da variação da TR.
 - ii. Opção B: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 18 meses após um período de carência de 6 meses da data de homologação, reajustado pelo equivalente a 120% da variação do CDI.

Os credores trabalhistas terão 120 dias da data da publicação do plano para escolha da forma de pagamento, caso contrário, serão automaticamente enquadrados na opção A.

A Classe II contempla o credor com garantia real. Nessa classe os credores serão remunerados pelo equivalente a 100% do CDI a partir da data do pedido de recuperação judicial. Durante período de carência, primeiros 24 meses a contar da data de homologação do plano, serão realizados pagamentos semestrais de R\$100 mil a ser distribuído de forma *pro rata* entre os credores dessa classe. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. O principal será pago em 18 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal e as demais a cada seis meses de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral	Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%	Ano 8	5,0%	5,0%
Ano 4	2,5%	2,5%	Ano 9	5,0%	5,0%
Ano 5	2,5%	2,5%	Ano 10	5,0%	16,0%
Ano 6	2,5%	2,5%	Ano 11	16,0%	18,0%
Ano 7	2,5%	2,5%			

A Classe III é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

- a) Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 mil será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 mil em até 90 dias e mais R\$ 1 mil em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- b) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- c) Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$ 100 mil a ser distribuído de forma *pro rata* entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação da homologação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.

- d) O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral	Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%	Ano 9	2,5%	5,0%
Ano 4	2,5%	2,5%	Ano 10	5,0%	5,0%
Ano 5	2,5%	2,5%	Ano 11	5,0%	5,0%
Ano 6	2,5%	2,5%	Ano 12	5,0%	5,0%
Ano 7	2,5%	2,5%	Ano 13	5,0%	5,0%
Ano 8	2,5%	2,5%	Ano 14	10,0%	12,5%

Os credores essenciais fundiários serão pagos da seguinte forma:

- Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 mil será pago a cada credor essencial fundiário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 mil em até 90 dias e mais R\$ 1 mil em até 180 dias a contar da data da publicação da homologação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data da publicação da homologação do pedido de recuperação judicial.
- Os juros sobre o saldo devedor, capitalizados anualmente, serão pagos em parcelas trimestrais após o fim do período de carência de juros de três meses a contar da data de publicação.
- O principal será pago em 12 (doze) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada três meses.

Os credores seguradores parceiras receberão o pagamento integral dos seus créditos concursais, conforme indicado na lista de credores, em moeda corrente nacional creditada na conta bancária de sua titularidade informada nos autos da recuperação judicial, em até 3 anos da data de renovação da respectiva apólice de seguro ou assinatura de nova apólice de seguro.

A Classe IV é composta por credores microempresas e empresas de pequeno porte que receberam o pagamento inicial no montante de até R\$ 20 mil por credor, em parcela única e limitado ao seu crédito, em até 90 dias a contar da data da publicação da homologação (pagamentos efetivados). O saldo remanescente será pago em até 12 meses com a correção de 100% do CDI.

A íntegra dos Planos de Recuperação Judicial aprovados, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com os Planos de recuperação judicial propriamente dito.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

b. Estrutura de capital

No setor de geração de energia os investimentos são tipicamente viabilizados pela existência de contratos de venda de energia de longo prazo que permitem relativa previsibilidade das receitas futuras, condição fundamental para que uma parcela importante do investimento possa ser financiada também no longo prazo por terceiros.

Fontes de recursos para investimentos (em R\$ mil)	31 de dezembro de 2022	AV %
Capital de terceiros ¹	1.000.853	52,35%
Capital próprio ²	910.962	47,65%
Total	1.911.815	100,00%

(1) Capital de Terceiros corresponde à soma das seguintes linhas dos grupos do passivo circulante e não circulante: empréstimos e financiamentos.

(2) Capital Próprio corresponde à soma das seguintes linhas do patrimônio líquido: capital social, gastos com emissões de ações, reserva de capital, ajuste de avaliação patrimonial e prejuízos acumulados.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$777,1 milhões, possui prejuízos acumulados de R\$3,2 bilhões e patrimônio líquido de R\$910,9 milhões.

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 deve-se, principalmente a: (i) reversão da provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado relacionado ao Alto Sertão III, no montante de R\$819,7 milhões, (ii) ao ganho na alienação de ativos, no montante de R\$233,8 milhões, (iii) resultado financeiro negativo (despesa financeira) consolidado, no montante de R\$214,6 milhões que está impactado principalmente pelo reconhecimento de juros relacionados aos empréstimos e financiamentos, operações com partes relacionadas e fornecedores, (iv) reconhecimento da multa pelo cancelamento da TUST – Fase B, no montante de R\$21,3 milhões, (v) multa sobre ressarcimento dos contratos de venda de energia (LER 2013 e LER 2014) no montante de R\$7,8 milhões, (vi) penalidades aplicadas por insuficiência de lastro dos parques do LER 2013 e LER 2014, no montante de R\$4,5 milhões e (vii) ganho nas operações realizadas no âmbito dos contratos de compra e venda de energia elétrica da controlada Renova Comercializadora, em função principalmente da reversão da provisão para contrato oneroso, no montante R\$55,7 milhões.

Em dezembro de 2022, a Administração da Companhia concluiu as obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, um dos 10 maiores complexos eólicos da América Latina. Com todos os parques em operação comercial, o Grupo Renova terá os recursos necessários para honrar com seus compromissos.

Com relação ao portfólio de projetos em desenvolvimento estimado em 6,5 GW potenciais de energia eólica e 430MW de energia solar, a Companhia continua realizando investimentos para concluir a regularização fundiária deles, além de investimentos direcionados à obtenção de licenças ambientais, sendo que atualmente 14 projetos eólicos contam com licenças emitidas pelos órgãos ambientais, totalizando cerca 5,9 GW.

A recuperação judicial faz parte da reestruturação da Companhia e de suas controladas e tem por objetivo recuperar a saúde financeira da Companhia e das controladas, bem como preparar uma base

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios do Grupo Renova. Assim, estas informações trimestrais foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para conclusão das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III a controlada Chipley assinou contrato de empréstimo na modalidade DIP, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário emitida em favor da QI Sociedade de Crédito Ltda., estruturada pela Quadra Gestão de Recursos Ltda ("Quadra Capital"), no valor de R\$ 350 milhões, com coobrigações da Companhia e da controlada Renovapar, conforme previsto e autorizado no âmbito do processo de recuperação judicial do Grupo Renova.

Em 05 de março de 2021, o Grupo Renova recebeu o montante atualizado de R\$ 362,5 milhões e em 22 de novembro de 2021, com a incorporação da controlada Chipley, a dívida foi assumida pela Companhia, que em 01 de dezembro de 2021 realizou a quitação antecipada, no montante de R\$458,2 milhões, com os recursos oriundos da alienação da UPI Brasil PCH.

Em 06 de junho de 2022 a Companhia concluiu a venda da Unidade Produtiva Isolada ("UPI") Enerbrás, nos termos previstos no Edital da referida UPI e no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova.

Em 11 de julho de 2022 a Companhia recebeu o montante de R\$29,6 milhões referente a ajuste de preço pós fechamento e Parcela Diferida corrigida e em 07 de dezembro de 2022 foi recebido o montante de R\$8,5 milhões referente a Parcela Garantia corrigida.

Em 07 de dezembro de 2022, a companhia firmou um memorando de entendimentos junto a Pacífico Empreendimentos e Participações S.A. com objetivo de retomar e finalizar a implantação do Projeto Solar Caetitê, com capacidade instalada de 4,8MW, localizado no sudoeste da Bahia, por meio do qual a Companhia e a Pacífico irão explorar a comercialização da energia na modalidade de geração distribuída, atendendo consumidores locais.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Ao longo dos anos, a Companhia reduziu significativamente seu plano de investimentos e novas fontes de financiamento para o crescimento sustentável.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo, ainda:

i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

O quadro a seguir demonstra o saldo dos empréstimos e financiamentos consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2022: *(Valores expressos em milhares de reais)*

Contrato	Taxa ¹	31/12/2022
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "C")	100% CDI	310.259
Banco Bradesco	100% CDI	368.964
Banco Itaú	100% CDI	134.987
Citibank	100% CDI	90.940
Banco ABC	100% CDI	53.994

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Citibank	100% CDI	28.309
Banco Bradesco	0,5% a.a. + TR	4.664
Banco Itaú	0,5% a.a. + TR	4.529
Banco Safra	0,5% a.a. + TR	4.207
Total do endividamento		1.000.853

Nota 1: as taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial

Resumo dos contratos

a. Contrato BNB

A controlada indireta Espra, com interveniência da controlada Enerbrás, obteve financiamento com o BNB em 30 de junho de 2006, no total de R\$120,1 milhões, com vencimento em 30 de junho de 2026.

Com o fechamento da operação de venda, a dívida relativa a UPI Enerbrás, que em 31 de maio de 2022 (“data base da operação”), correspondia a R\$48,7 milhões, foi integralmente transferida para a compradora.

b. Banco Safra

Em razão do pedido de recuperação judicial da controlada Centrais Elétrica Itaparica S.A. – em recuperação judicial (“Itaparica”), a Financiadora de Estudos e Projetos (“FINEP”) decretou vencimento antecipado do débito, tendo o Banco Safra, na qualidade de fiador, honrado a integridade da dívida, utilizando R\$6,1 milhões recursos da Companhia aplicados em CDB no mesmo banco e se sub-rogando no saldo remanescente de R\$2,6 milhões, listado em nome da FINEP, na Classe III, na lista de credores do plano de recuperação judicial.

Banco Safra ingressou com execução de título extrajudicial fundado na sub-rogação e extraconcursalidade do crédito de sua titularidade, houve bloqueio de R\$ 3,6 milhões e de R\$ 616 mil, valores já levantados pelo Banco Safra. Opusemos as medidas judiciais pertinentes e aguardamos julgamento.

Os patronos do Safra distribuíram cumprimento provisório de sentença (processo nº 0028271-44.2022.8.26.0100), a fim de terem satisfeitos os honorários de sucumbência no montante de R\$337 mil. A Companhia efetivou o depósito judicial do valor em discussão e obteve decisão determinando que eventual levantamento do montante deve ser precedido de caução. Contudo, os advogados interpuseram recurso que reverteu a decisão e liberou o levantamento do montante sem caucionamento.

Na Recuperação Judicial está pendente julgamento do Agravo de Instrumento em Recurso Especial nº 2088131-82.2021.8.26.0000, que foi remetido ao Supremo Tribunal de Justiça, o qual discute a concursalidade ou não do crédito, caso seja julgado como crédito concursal a Companhia utilizará as medidas judiciais cabíveis para reaver os valores levantados, bem como para pagamento do crédito nos termos do plano de recuperação judicial em andamento.

c. BNDES (Empréstimo ponte)

Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a Diamantina Eólica Participações S.A. – em recuperação judicial (“Diamantina”), no valor total de R\$700 milhões, dividido em dois subcréditos: Subcrédito “A” no valor de R\$140 milhões e Subcrédito

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

“B” no valor de R\$560 milhões, para os parques do LER 2013 e mercado livre. Em 18 de fevereiro de 2016, conforme 1º aditivo de contrato entre as partes, houve o remanejamento de parcela do Subcrédito “B” com a criação do subcrédito “C” no valor de R\$163,9 milhões.

Considerando que não houve nova prorrogação ou pagamento dessa dívida, em 17 de outubro de 2019 foram executadas as cartas fianças emitidas pelos bancos Bradesco S.A., Citibank S.A., Itaú Unibanco S.A. e ABC Brasil S.A., no montante de R\$568,1 milhões, reduzindo o saldo devido ao BNDES e criando uma dívida com esses bancos, mediante a sub-rogação desses bancos nos mesmos direitos do BNDES no referido Contrato de Financiamento.

A dívida com esse banco foi repactuada no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe II).

São garantias desse financiamento: (i) penhor da totalidade das ações e dividendos da Alto Sertão Participações S.A. – em recuperação judicial (“Alto Sertão”), Diamantina e das SPEs na qualidade de intervenientes ao contrato, (ii) penhor das máquinas e equipamentos, (iii) dos direitos emergentes das Autorizações emitidas pela ANEEL, (iv) dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento dos aerogeradores, (v) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia celebrados entre as SPEs e ambiente livre (CCVEs), no ambiente regulado (CCEARs) e (CERs), e (vi) originalmente, fianças bancárias, as quais já foram executadas conforme mencionado acima.

d. Outros empréstimos – capital de giro

Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A.: Em 19 de julho de 2019, a controlada indireta Diamantina contratou Cédulas de Crédito Bancário (“CCB”) junto aos bancos Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A., no valor total de R\$24,4 milhões, com taxa de juros de 100% do CDI + 2,5% a.a. e vencimento em 14 de abril de 2020. Em razão do pedido de recuperação judicial da controlada Diamantina, os Bancos Itaú e Bradesco decretaram vencimento antecipado das CCBs e a então controladora Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações, efetuou o pagamento em 21 de outubro de 2019, do montante de R\$15,9 milhões restando um saldo a pagar em favor dos Bancos de R\$9,4 milhões, bem como um saldo no valor de R\$16,0 milhões perante a Light pela sub-rogação nos direitos da CCB.

As dívidas com os bancos mencionados no parágrafo anterior foram repactuadas no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe III).

Banco Citibank S.A.: em 24 de março de 2016, a Companhia assinou Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) com o Banco Citibank S.A., no valor principal de R\$120,5 milhões com vencimento em 31 de janeiro de 2017 e juros de 4,5% a.a. acrescida de 100% do CDI. Essa dívida foi renegociada pela Companhia, que em 23 de julho de 2019, assinou com o Citibank, uma nova CCB no valor de R\$185,6 milhões, atualizada a 155% a.a. do CDI, com prazo total de 6 anos, sendo 1 ano de carência de principal.

Em 18 de dezembro de 2020 as partes assinaram o instrumento particular de transação, que dentre outras coisas i) reconhece natureza extraconcursal da integralidade do crédito do Citibank proveniente da CCB, ii) altera os juros remuneratórios para 100% do CDI desde a data do pedido de recuperação judicial, iii) determina o pagamento imediato de R\$10 milhões, cujo recurso foi disponibilizado em conta determinada pelo Citibank, e iv) amortização da dívida com recursos oriundos da venda de ativos.

Conforme previsto nos planos de recuperação judicial, o saldo dos créditos extraconcursais do Citibank serão reajustados a 100% (cem por cento) do CDI, com amortização de juros e principal no mesmo fluxo de pagamento dos créditos dos credores com Garantia Real (Classe II).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Banco BTG Pactual S.A.: em 29 de junho e 23 de agosto de 2017, a Companhia assinou dois instrumentos Particular de Transação e Confissão de Dívida (CD 8/17 e 14/17) com o Banco BTG Pactual S.A., no valor de R\$54,2 milhões e R\$89,3 milhões, respectivamente. Em 3 de maio de 2019, a Companhia assinou o 2º e 1º aditivos a esses instrumentos estabelecendo as seguintes condições de pagamento: o valor do principal da dívida será pago em 20 parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, após o período de carência de 1 ano a contar de 3 de maio de 2019. O principal está sujeito a juros remuneratórios de 155% a.a. do CDI. Considerando a natureza extraconcursal do crédito, essa dívida não está sujeita a recuperação judicial e foi quitada com recursos oriundos da venda da UPI Enerbrás.

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além das mencionadas no item (i) acima.

iii) grau de subordinação entre as dívidas;

Exercício social encerrado em 31

de dezembro de 2022 (em R\$ mil)	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia real	48.053	95.904	191.809	623.378	959.144
Garantia quirografária	293.568	31.064	31.064	588.617	944.313
Total	341.621	126.968	222.873	1.211.995	1.903.457

iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia e suas controladas, contemplam cláusulas restritivas (sob a forma de obrigações de não fazer e/ou de hipótese de vencimento antecipado de obrigações), incluindo, dentre outras:

- Limitações à capacidade de contrair dívidas financeiras;
- Limitações à capacidade de vender, transferir ou dispor de qualquer outra forma de parte de ativos;
- Limitações quanto à existência de ônus, penhor, hipoteca, encargo ou outros gravames ou direitos de garantia sobre receitas e patrimônio;
- Limitação quanto ao pagamento de dividendos acima dos dividendos mínimos obrigatórios;
- Limitações quanto à capacidade da Companhia de realizar reestruturações societárias e alienações de participações acionárias;
- Limitações de mudança de controle ou de reorganização societária.

Considerando o plano de Recuperação Judicial, a Companhia deverá observar todas as restrições nele previstas, enquanto perdurar a recuperação judicial da Companhia.

Empréstimos Ponte obtido pela Diamantina Eólica Participações S.A., controladora das SPEs envolvidoras dos projetos Alto Sertão III – Fase A, por meio do Contrato De Financiamento Mediante Abertura De Crédito Nº 14.2.1247.1, celebrado com o BNDES em 19 de dezembro de 2014 (“Contrato Ponte ASIII-Fase A”).

São garantias do financiamento: penhor da totalidade das ações e dividendos da Alto Sertão Participações S.A, Diamantina Eólica Participações S.A e das SPEs na qualidade de intervenientes ao

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

contrato, penhor das máquinas e equipamentos, dos direitos emergentes das Autorizações emitidas pela ANEEL, dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento dos aerogeradores, cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia celebrados entre as SPEs e ambiente livre (CCVEs), no ambiente regulado (CCEARs) e (CERs) e Penhor das ações de titularidade da Renova no Capital Social da Chipley Participações S.A.. Esse contrato não exige índices financeiros como cláusula para vencimento antecipado da dívida.

A Companhia assinou dois instrumentos Particular de Transação e Confissão de Dívida (CD 8/17 e 14/17) com o Banco BTG Pactual S.A. em 29 de junho e 23 de agosto de 2017

São garantias a essa operação a alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Enerbras detidas pela Companhia, penhor em 2º grau da totalidade das ações de emissão da Espra, penhor em 2º grau dos direitos emergentes das PCHs do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata e hipoteca em 2º grau dos imóveis do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata. A dívida foi quitada com os recursos oriundos da venda da UPI Enerbras.

g) Limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Os recursos referentes a todos os financiamentos obtidos pela Companhia já foram integralmente disponibilizados e aplicados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Comparação dos resultados consolidados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em milhares de reais – R\$

	2022	2021	AV%
RECEITA LÍQUIDA	206.403	93.812	120,0%
CUSTOS DOS SERVIÇOS			
Custo com compra de energia	(59.800)	(71.943)	-16,9%
Custo de Operação	(33.409)	(7.998)	317,7%
Depreciações	(43.747)	(84)	51979,8%
Encargos de uso do sistema de distribuição	(10.962)	(813)	1248,3%
Total	(147.918)	(80.838)	83,0%
LUCRO BRUTO	58.485	12.974	350,8%
RECEITA (DESPESAS)			
Gerais e administrativas	(89.775)	(103.978)	-13,7%
Depreciações e amortizações	(9.907)	(2.031)	387,8%
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	819.755	(9.235)	n.a
Outras receitas (despesas) líquidas	(9.865)	(113.668)	-91,3%
Total	710.208	(228.912)	n.a
Resultado de equivalência patrimonial	-	134.228	n.a
Ganho com investimento	233.818	395.422	-40,9%
Total	233.818	529.650	-55,9%
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	1.002.511	313.712	219,6%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas Financeiras	16.910	13.950	21,2%
Despesas Financeiras	(231.495)	(291.415)	-20,6%
Total	(214.585)	(277.465)	-22,7%
LUCRO ANTES DO			
IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	787.926	36.247	-5,0%
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(11.145)	(6.010)	85,4%
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	339	450	-24,7%
Total	(10.806)	(5.560)	94,4%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	777.120	30.687	2432,4%

Receita operacional líquida

Com o término da obra do Complexo Eólico Alto Sertão III e sua entrada em operação comercial, a receita operacional líquida da Companhia relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$ 206,4 milhões, um aumento de 120% em relação ao ano anterior.

Custos gerenciáveis

Custos gerenciáveis correspondem as atividades de operação e manutenção dos parques eólicos e PCHs, e compra de energia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os custos gerenciais aumentaram e razão da entrada em operação comercial dos parques eólicos do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A.

Custos não gerenciáveis

Os custos não gerenciáveis correspondem: (i) tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), referente ao uso do sistema de distribuição da Coelba (concessionária na qual as PCHs da ESPRA se conectam), e tarifa do uso do sistema de transmissão (TUST), referente ao sistema de transmissão; (ii) taxa de fiscalização cobrada pela ANEEL.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os custos não gerenciáveis totalizaram R\$10,9 milhões, apresentando um aumento em relação ao mesmo período do ano anterior, pois com a entrada em operação comercial dos parques os encargos de uso do sistema de distribuição, passaram a ser classificados como custo da operação.

Depreciação

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a depreciação relacionada aos parques eólicos, as PCHs (até 31 de maio de 2022) e as torres de medição dos projetos eólicos em desenvolvimento totalizou R\$ 43,7 milhões (R\$84 mil, em 2021).

Receitas (Despesas)

No ano de 2022, a Companhia reverteu a provisão para *impairment* relacionada aos ativos do Complexo Eólico Alto Sertão III, impactando positivamente o resultado do exercício em R\$819,8 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Ademais, as principais variações nas despesas referem-se a:

- **Pessoal e Administração:** em 2022, a Companhia reconheceu uma despesa total de R\$24,6 milhões. Com a entrada em operação dos parques, a capitalização dos gastos relacionados a pessoal e administração foi reduzida, aumentando assim o impacto no resultado.
- **Serviços de Terceiros:** totalizou R\$25,5 milhões, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Redução em relação a 2021 devido despesas não recorrentes referentes ao Plano de Recuperação Judicial da Companhia.
- **Contingências Cíveis, Trabalhistas e Regulatórias:** refere-se principalmente ao reconhecimento de penalidades editais aplicadas pela ANEEL dos parques do LER 2013 e LER 2014.
- **Contrato Oneroso:** considerando os preços de compra de energia projetados e os fluxos de caixa estimados do contrato e, posteriormente, ajustada a valor presente utilizando a taxa CDI a Companhia realizou a reversão da provisão constituída em exercícios anteriores, no montante de R\$23,5 milhões.
- **Multa sobre Ressarcimento:** redução em relação ao mesmo período de 2021, em função da entrada em operação comercial dos 12 parques do mercado regulado.
- **Penalidades contratuais e regulatórias:** refere-se substancialmente a penalidades aplicadas pela (i) CCEE por insuficiência de lastro dos parques do LER 2013 e LER 2014 e (ii) ONS pelo cancelamento do contrato CUST do Alto Sertão III – Fase B.

Resultado de Equivalência Patrimonial

Até dezembro de 2021, a Companhia mensurou seu investimento na participação societária de empreendimento controlado em conjunto utilizando o método da equivalência patrimonial, em conformidade com a IFRS 11 / CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto.

Em 1º de dezembro de 2021, a Companhia concluiu a venda UPI Brasil PCH, transferindo a totalidade das ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal de emissão da Brasil PCH S.A. de sua titularidade para a BSB Energética e ELETRORIVER S.A., pelo valor de R\$ 1,1 bilhões.

Descrição	Valor (R\$ mil)
Valor da venda ajustado ^(a)	1.009.437
Custo do investimento	(602.899)
Ganho antes dos outros custos e provisões	406.538
Outros custos na venda ^(b)	(12.543)
Ganho na alienação	393.995

(a) Valor da venda ajustado corresponde ao valor da venda menos o Ajuste Preliminar (R\$30,6 milhões) e o Valor Retido (R\$60 milhões).

(b) Corresponde à gastos com os assessores financeiros e jurídicos.

A Companhia utilizou os recursos recebidos na operação principalmente para (i) liquidar antecipadamente o DIP, (ii) quitar determinados credores concursais e extraconcursais e (iii) dar continuidade às obras de conclusão do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A e às demais atividades operacionais da Companhia e suas subsidiárias.

Adicionalmente, em 30 de maio de 2022 a Companhia recebeu R\$63,1 milhões referentes a parcela retida corrigida do valor da venda da UPI Brasil PCH.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receitas (despesas) financeiras líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o resultado financeiro líquido foi negativado em R\$214,6 milhões, uma redução de 22,7% comparado ao resultado financeiro de R\$277,5 milhões em 2021.

Imposto de renda e contribuição social

As receitas de geração de energia da Companhia são tributadas pelo regime de lucro presumido. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

No ano 2022, o imposto de renda e a contribuição social totalizaram R\$ 4,3 milhões, em razão do resultado positivos na comercialização.

Lucro líquido do exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$777,1 milhões, aumento significativo comparado ao ano anterior.

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 deve-se, principalmente a: (i) reversão da provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado relacionado ao Alto Sertão III, no montante de R\$819,8 milhões, (ii) ao ganho na alienação de ativos, no montante de R\$233,8 milhões, (iii) resultado financeiro negativo (despesa financeira) consolidado, no montante de R\$214,6 milhões que está impactado principalmente pelo reconhecimento de juros relacionados aos empréstimos e financiamentos, operações com partes relacionadas e fornecedores, (iv) reconhecimento da multa pelo cancelamento do CUST – Fase B, no montante de R\$21,1 milhões, (v) multa sobre ressarcimento dos contratos de venda de energia (LER 2013 e LER 2014) no montante de R\$7,8 milhões, (vi) penalidades aplicadas por insuficiência de lastro dos parques do LER 2013 e LER 2014, no montante de R\$4,5 milhões e (vii) ganho nas operações realizadas no âmbito dos contratos de compra e venda de energia elétrica da controlada Renova Comercializadora, em função principalmente da reversão da provisão para contrato oneroso, no montante R\$55,7 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Valores expressos em milhares de reais - R\$

ATIVOS	2022	2021	Var
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	63.773	354.110	-81,99%
Aplicações financeiras	4.282	5.278	-18,87%
Contas a receber de clientes	30.367	6.231	387,35%
Tributos a recuperar	13.032	11.963	8,94%
Adiantamentos a fornecedores	1.127	1.631	-30,90%
Despesas antecipadas	3.832	3.736	2,57%
Outros créditos	289	566	-48,94%
	<u>116.702</u>	<u>383.515</u>	
Ativos classificados como mantidos para venda	-	335.908	n.a
Total dos ativos circulantes	<u>116.702</u>	<u>719.423</u>	<u>-83,78%</u>
NÃO CIRCULANTES			
Aplicações financeiras	278	254	9,45%
Depósitos judiciais	9.451	3.667	157,73%
Tributos diferidos	1.327	-	n.a
Outros créditos	60	60	n.a
Imobilizado	<u>2.686.601</u>	<u>1.557.299</u>	<u>72,52%</u>
Total dos ativos não circulantes	<u>2.697.717</u>	<u>1.561.280</u>	<u>72,79%</u>
TOTAL DOS ATIVOS	<u>2.814.419</u>	<u>2.280.703</u>	<u>23,40%</u>

ATIVO

Circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do ativo circulante era de R\$116,7 milhões e em 31 de dezembro de 2021 o saldo era de R\$719,4 milhões. Essa variação ocorre principalmente porque em 2022 houve a alienação dos ativos relacionados a UPI Enerbrás e Cordilheira dos Ventos apresentado na rubrica de Ativos classificados como mantido para venda. Conforme determinado no plano de recuperação judicial, os valores obtidos com a transação serão destinados a (i) Credores com Garantia Real; (ii) Credores Quirografários e (iii) despesas operacionais da Companhia e suas subsidiárias.

Não circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do ativo não circulante era de R\$2,7 bilhões em comparação com o saldo em 31 de dezembro de 2021 de R\$1,6 bilhões. Aumento relacionado aos gastos para finalização do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A e a reversão do saldo da redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, no montante de R\$ 819,8 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

PASSIVOS	2022	2021	Var
CIRCULANTES			
Fornecedores	58.392	115.880	-49,61%
Empréstimos e financiamentos	49.939	252.508	-80,22%
Tributos a recolher	15.509	15.719	-1,34%
Salários, encargos e férias a pagar	9.111	9.061	0,55%
Contas a pagar - CCEE/Eletrobras	37.621	36.418	3,30%
Arrendamentos a pagar	3686	237	1455,27%
Outras contas a pagar	167.363	100.520	66,50%
Partes relacionadas	-	49.860	n.a
Provisão para contrato oneroso	-	23.465	n.a
	341.621	603.668	-43,41%
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	-	106.636	n.a
Total de passivos circulantes	341.621	710.304	-51,90%
NÃO CIRCULANTES			
Fornecedores	192.924	199.276	-3,19%
Empréstimos e financiamentos	950.914	944.957	0,63%
Tributos a recolher	8.030	14.221	-43,53%
Contas a pagar - CCEE/Eletrobras	38.143	38.870	-1,87%
Arrendamentos a pagar	22.774	13.240	72,01%
Partes relacionadas	-	742.976	n.a
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	196.614	181.068	8,59%
Provisão para desmantelamento	23.235	-	n.a
Outras contas a pagar	129.202	91.111	41,81%
Total dos passivos não circulantes	1.561.836	2.225.719	-29,83%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	4.139.098	3.349.936	23,56%
(-) Custos na emissão de ações	(41.757)	(41.757)	n.a
Reservas de capital	1	1	n.a
Prejuízos acumulados	(3.186.380)	(3.963.500)	-19,61%
Total do patrimônio líquido	910.962	(655.320)	n.a
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	2.814.419	2.280.703	23,40%

PASSIVO

Circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do passivo circulante era de R\$341,6 milhões, representando uma redução de 51,9% em comparação com 31 de dezembro de 2021, quando o saldo era de R\$710,3 milhões. A redução ocorreu principalmente em razão dos pagamentos e conversão de crédito junto a terceiros realizados no âmbito dos planos de recuperação judicial.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Não circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da conta de passivo não circulante era de R\$1,6 milhões, redução de 29,8% em comparação com 31 de dezembro de 2021. A redução ocorreu principalmente em razão dos pagamentos e conversão de crédito junto a terceiros realizados no âmbito dos planos de recuperação judicial.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou patrimônio líquido de R\$910 milhões, um aumento comparado ao resultado de 2021 impactado principalmente pelo aumento de capital e lucro líquido do exercício.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 Comentários dos diretores sobre:

As informações incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia.

a) resultado das operações da Companhia, em especial:

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados da Companhia, vide item 2.1(h) deste Formulário de Referência.

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e

A receita operacional da Companhia refere-se basicamente a geração e comercialização de energia elétrica.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a receita operacional líquida foi de R\$ 206,4 milhões um aumento de 120% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, onde a receita operacional líquida foi de R\$93,8 milhões.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

No ano de 2022 dois segmentos da Companhia apresentam receita operacional, a saber geração de energia eólicas e comercialização de energia. O aumento apresentado no exercício de 2022 ocorreu principalmente em função da entrada em operação comercial dos parques eólicos do Alto Sertão III. Assim, o resultado dos anos de 2022, 2021 foram, respectivamente, R\$ 206,4 milhões, R\$93,8 milhões.

A linha de custo mais relevante no resultado operacional de 2022 e 2021, refere-se ao custo com compra de energia. No ano de 2022, os custos gerenciáveis somaram R\$93,2 milhões, sendo que a compra de energia totalizou R\$59,8 milhões comparado ao valor de R\$79,9 milhões em 2021. Excluindo os custos com compra de energia para revenda, os custos gerenciáveis totalizaram R\$33,4 milhões no ano, ou seja, aumento de 317% em comparação ao ano de 2021.

Ademais, em 31 de dezembro de 2022 a Companhia: (i) reverteu da provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado relacionado ao Alto Sertão III, no montante de R\$819,8 milhões, (ii) reconheceu ganho na alienação de ativos, no montante de R\$233,8 milhões, (iii) apresentou resultado financeiro negativo (despesa financeira) consolidado, no montante de R\$214,6 milhões que está impactado principalmente pelo reconhecimento de juros relacionados aos empréstimos e financiamentos, operações com partes relacionadas e fornecedores, (iv) reconheceu multa pelo cancelamento da TUST – Fase B, no montante de R\$21,3 milhões, (v) multa sobre ressarcimento dos contratos de venda de energia (LER 2013 e LER 2014) no montante de R\$7,8 milhões, (vi) penalidades aplicadas por insuficiência de lastro dos parques do LER 2013 e LER 2014, no montante de R\$4,5 milhões e (vi) ganho nas operações realizadas no âmbito dos contratos de compra e venda de energia elétrica da controlada Renova Comercializadora, em função principalmente da reversão da provisão para contrato oneroso, no montante R\$55,8 milhões.

b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A energia elétrica gerada e comercializada pela Companhia, que é a sua única fonte de receita operacional atualmente, tem seu preço fixado nos respectivos contratos de compra e venda de energia, de longo prazo.

2.2 Resultados operacional e financeiro

O preço da energia elétrica proveniente dos parques eólicos contratados no mercado regulado é corrigido anualmente pelo IPCA.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

A situação financeira da Companhia e o resultado das suas operações são afetados pela inflação, uma vez que as receitas decorrentes de contratos de comercialização de energia elétrica são indexadas a índices de inflação (IGPM e IPCA) e os custos operacionais tendem a seguir tais índices.

Além disso, aumentos nas taxas de inflação afetam o mercado de comercialização de energia elétrica, na medida em que podem reduzir a atividade econômica, o consumo e o investimento. Os principais fatores e condições que afetam a receita e os resultados operacionais são analisados a seguir:

Inflação

A situação financeira da Companhia e o resultado das operações são afetados pela inflação, uma vez que as receitas decorrentes de contratos de comercialização de energia elétrica são indexadas a índices de inflação (IGPM e IPCA) e os custos operacionais tendem a seguir tais índices. A maioria dos custos e despesas da Companhia é em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação, tais como o IGPM, o INPC e o IPCA, ou sofre reajuste de acordo com a flutuação medida em índices cambiais.

Taxa de Juros

O resultado das operações também está exposto às variações das taxas de juros. A Companhia contrata empréstimos e financiamentos principalmente em Reais, os quais são atualizados com base no CDI. Além disso, as taxas de juros praticadas em operações de crédito ao consumidor no mercado financeiro brasileiro afetam indiretamente a Companhia, na medida em que reduções podem levar ao aumento do consumo privado e ao aumento do consumo de energia. Por outro lado, aumentos nas taxas de juros podem levar à diminuição do consumo de energia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o resultado financeiro líquido da Companhia foi negativado em R\$ 214,6 milhões, e em 2021, o resultado foi negativado em R\$277,5 milhões.

Taxa de Câmbio

A Companhia não está exposta à variação da taxa de câmbio e, portanto, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não houve impacto relevante nos resultados operacionais e financeiros causados por variações em taxas de câmbio.

Tributação

A Companhia está sujeita ao recolhimento do IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e ICMS.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por empresa considerando a opção do regime de tributação adotada.

2.2 Resultados operacional e financeiro

As controladas indiretas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A e as controladas Itapuã VII e SF 120 optaram pelo regime do lucro presumido. A controladora e demais companhias são optantes do regime do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$20 mil por mês incorrido no ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente (base de estimativa de 8% e 12% sobre as vendas para imposto de renda e contribuição social, respectivamente) e as receitas financeiras.

Para apuração do PIS e da COFINS sobre as receitas, as companhias do grupo optantes pelo regime de Lucro Presumido ficam sujeitas ao regime de apuração cumulativo sob alíquotas de 0,65% (PIS) e 3% (COFINS) aplicáveis sobre o faturamento. Já as empresas optantes pelo Lucro Real ficam sujeitas ao regime não-cumulativo sob alíquotas de 1,65% (PIS) e 7% (COFINS) sobre o faturamento e para receitas financeiras aplica-se as alíquotas de 0,65%(PIS) e 4% (COFINS).

O ICMS incide sobre vendas de energia realizadas pelas companhias do grupo, quando realizadas para clientes finais, em alíquotas que variam nos diferentes Estados da federação.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Comentários dos diretores sobre:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia e suas controladas considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo *Internacional Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), respectivamente, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2022 ou após esta data.

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis que afetem significativamente as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas ou abstenção de opinião no relatório dos auditores independentes relativos às demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

O relatório dos auditores independentes emitido pela BDO relativo às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 contém parágrafo de ênfase transcrito abaixo:

Plano de Recuperação Judicial (PRJ)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.3, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Renova Energia S.A. – Em Recuperação Judicial e determinadas controladas protocolaram, em 16 de outubro de 2019, Pedido de Recuperação Judicial, tendo ele sido deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, nessa mesma data. Adicionalmente, em 18 de dezembro de 2020, a Renova Energia S.A. – Em Recuperação Judicial e determinadas controladas protocolaram os novos planos de recuperação judicial, os quais foram aprovados Assembleia Geral de Credores e homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial nessa mesma data, com decisão publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, bem como no seu melhor entendimento, a Administração reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial, na data da homologação do plano.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram executadas as seguintes ações previstas nos planos: i) conclusão das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A; ii) conclusão da alienação da UPI Enerbras (Nota Explicativa nº 1.2.1); iii) quitação de empréstimo junto ao BTG; iv) pagamento de credores concursais e extraconcursais e consequente redução do endividamento; v) conversão de créditos em ações. A Companhia e suas controladas vêm atendendo ao previsto nos Planos, sendo os eventuais recursos e questionamentos defendidos com êxito pela Administração. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Comentários dos diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Em 16 de dezembro de 2022 a Companhia comunicou ao mercado que cumpriu, em 06 de dezembro de 2022, o Estágio 4 da implantação do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, com a entrada em operação comercial de 424,5 MWs, conforme previsto nos planos de Recuperação Judicial do Grupo Renova Energia. Os prazos dos Estágios 1, 2 e 3 também já haviam sido cumpridos pelo Grupo Renova Energia, em linha com o determinado no Plano de Recuperação, respectivamente em 10 de fevereiro, 06 de agosto e 05 de setembro de 2022.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício de 2022, a Companhia alienou as seguintes participações acionária:

UPI Enerbrás

Em 06 de junho de 2022 a Companhia concluiu a venda da Unidade Produtiva Isolada (“UPI”) Enerbrás, nos termos previstos no Edital da referida UPI e no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova. Pela transação, a Companhia transferiu a totalidade das ações ordinárias e preferenciais, escriturais e sem valor nominal de emissão da Enerbrás e indiretamente da ESPRA para a Monte Pascoal Holding S.A., uma sociedade investida da V2I Energia S.A., que possui como gestora a Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda (“Vinci”), pelo valor de R\$ 265,8 milhões.

Em 11 de julho de 2022 a Companhia recebeu o montante de R\$29,6 milhões referente a ajuste de preço pós fechamento e Parcela Diferida corrigida e em 07 de dezembro de 2022 foi recebido o montante de R\$8,5 milhões referente a Parcela Garantia corrigida.

Descrição	Valor (R\$ mil)
Valor da venda	244.536
Valor reserva corrigido	38.104
Total da venda	282.640
Custo do investimento	(125.950)
Ganho antes dos outros custos e provisões	156.690
Outros custos na venda ^(a)	(5.617)
Ganho na alienação	151.073

(a) Valor da venda ajustado corresponde ao valor da venda menos a parcela retida para eventuais ajustes de preço.

(b) Corresponde à gastos com os assessores financeiros e jurídicos.

Conforme determinado no plano de recuperação judicial, os valores obtidos com a transação foram destinados a (i) liquidação pela Companhia da dívida extraconcursal com o Banco BTG Pactual no valor de R\$ 228,1 milhões; (ii) Credores com Garantia Real; (iii) Credores Quirografários e (iv) despesas operacionais da Companhia e suas subsidiárias.

UPI Cordilheira dos Ventos

Conforme divulgado em Fato Relevante, a Companhia formalizou, em 27 de janeiro de 2022, a aceitação da proposta apresentada pela AES GF1 HOLDING S.A. (“AES GF1”), mediante a celebração de um contrato de compra e venda, para a alienação de determinados ativos e direitos do Complexo

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Cordilheira dos Ventos, constituído dos projetos Facheiro II, Facheiro III e Labocó, localizados no Estado do Rio Grande do Norte, com capacidade de desenvolvimento eólico de 305MW.

Em 15 de março de 2022, o Juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum Central da Comarca de São Paulo homologou o processo competitivo da UPI Cordilheira dos Ventos, declarando como vencedora a AES GF1, pelo valor de R\$ 42,0 milhões, sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais de mercado para a sua conclusão. A Companhia fará jus ainda a um *earn out*, caso a AES venha a implantar uma capacidade superior a 305MW nas áreas compreendidas no Complexo.

Em 26 de julho de 2022 a Companhia concluiu a venda da referida UPI transferindo a totalidade das cotas sociais de emissão da controlada Cordilheira dos Ventos Centrais Eólicas LTDA à AES GF1, pelo valor de R\$ 42,0 milhões. Conforme determinado no plano de recuperação judicial, os valores obtidos com a transação foram destinados a (i) Credores com Garantia Real; (ii) Credores Quirografários e (iii) despesas operacionais da Companhia e suas subsidiárias.

Descrição	Valor (R\$ mil)
Valor da venda	42.000
Custo do investimento	(20.928)
Ganho antes dos outros custos e provisões	21.072
Outros custos na venda ^(a)	(1.364)
Ganho na alienação	19.708

(a) Corresponde à gastos com os assessores financeiros e jurídicos.

c. eventos ou operações não usuais

Durante o exercício de 2022 a Companhia capitalizou créditos de terceiros e alienou ativos conforme previsto nos planos de recuperação judicial do Grupo Renova.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Indicações e comentários dos diretores sobre políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizados para a elaboração dessa demonstração financeira estão listados abaixo:

a) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa ("UGC") é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

b) Provisão para perdas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos tributários, trabalhistas e cíveis que são classificados de acordo com o risco de perda: provável, possível e remoto. A análise quanto a probabilidade de perda é realizada pela Administração com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo departamento jurídico. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica.

As provisões para demandas judiciais são constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável, dessa forma a Companhia constituiu provisões suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

c) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para gestão destes instrumentos financeiros.

2.5 Medições não contábeis

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (IFRS 13), que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

d) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado

A Companhia utiliza as taxas definidas pela ANEEL para depreciação dos itens do ativo imobilizado por julgar que elas refletem a vida útil desses bens. Entretanto, a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade.

e) Contrato oneroso

Se a Companhia ou suas controladas possuem um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia e suas controladas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a este contrato.

Um contrato é considerado oneroso quando os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações desse contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base: (a) no custo de cumprir o contrato; ou (b) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, dos dois, o menor. O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, os custos incrementais e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato).

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Eventos subsequentes as DFs

a) Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Homologação aumento de capital

Em 02 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da Companhia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado em reunião de 29 de novembro de 2022, para capitalização de créditos detidos por credores da Companhia, de forma a efetivar o “6º Processo de Aumento de Capital e Conversão”, nos termos dos planos de recuperação judicial.

O aumento de capital da Companhia foi homologado com o valor de R\$ 31,3 milhões, representado por 5.336.210 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 2.668.102 ações ordinárias e 2.668.108 ações preferenciais. Consequentemente, o capital social da Companhia passa a ser de R\$ 4,2 bilhões, dividido em 249.483.956 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 124.741.981 ações ordinárias e 124.741.975 ações preferenciais. Esta capitalização representou uma diminuição do endividamento do Grupo Renova em R\$ 31,2 milhões.

Suspensão da liminar Contrato Light

Em 16 de março de 2023, a Companhia informou ao mercado que, por meio da decisão publicada no Diário de Justiça Eletrônico, na presente data, o Superior Tribunal de Justiça em sede de Conflito de Competência nº 186210 - SP (2022/0050986-9) revogou a medida liminar que visava suspender a eficácia da sentença do procedimento arbitral promovido pela Lightcom Comercializadora de Energia S.A. em face da controlada Renova Comercializadora, perante a Câmara FGV de Mediação e Arbitragem, deixando de conhecer o conflito de competência, mantendo-se, por ora, a sentença arbitral que rescindiu o contrato supracitado. A Companhia está adotando todas as medidas pertinentes para mitigar os impactos da referida decisão.

Decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) sobre coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o STF julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal concluiu, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva “coisa julgada” a favor dos contribuintes perdem seus efeitos se, depois, o STF tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade se, e quando, o STF entender em sentido contrário.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

2.6 Eventos subsequentes as DFs

e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes concluiu que a decisão não resulta em impactos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Destinação de resultados

a) regras sobre retenção de lucros

O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias ("ON") e preferenciais ("PN") da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado, excluídas as ações em tesouraria.

b) regras sobre distribuição de dividendos

Não há política de distribuição de dividendos vigente na Companhia.

c) periodicidade das distribuições de dividendos

Não há política de distribuição de dividendos vigente na Companhia.

d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há política de distribuição de dividendos vigente na Companhia.

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não há política de destinação de resultados formalmente aprovada na Companhia.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Descrição dos diretores sobre itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;
- iv. contratos de construção não terminada;
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamento;

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia não possui, direta ou indiretamente, ativos ou passivos que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*).

A Companhia não mantém qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos resultados ou em sua condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas nas demonstrações financeiras.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

b) natureza e o propósito da operação;

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

Os investimentos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram destinados, principalmente, para a construção dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, que atendem aos mercados livre e regulado.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia contabilizou R\$ 237,0 milhões em investimentos no fluxo de caixa.

ii) fontes de financiamento dos investimentos;

Em linha com o Plano de Recuperação Judicial e para suportar as despesas de manutenção das suas atividades, a Renova alienou ativos mencionados no item 2.4.b.

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Durante o exercício de 2022 a Companhia alienou: a) 100% ações representativas do capital social da controlada Enerbrás (“UPI Enerbrás”), e b) alienação de determinados ativos do Complexo Cordilheira dos Ventos, constituído pelos projetos Facheiro II, Facheiro III e Labocó (“UPI Cordilheira dos Ventos”).

b. desde que já divulgada, a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que influencie materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não houve desenvolvimento em novos produtos e serviços nas linhas de negócios da Companhia.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

A Companhia destaca que atua com responsabilidade ambiental em todos os seus empreendimentos e que vem buscando iniciativas e soluções com foco na redução constante dos impactos gerados nas localidades onde atua. Para isso, o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (“PRAD”) implantado e executado pela Renova Energia visa uma melhor regeneração de características naturais e a reintegração da paisagem local de áreas degradadas nos canteiros de obras e adjacências dos Parques Eólicos. A recuperação das áreas torna-se necessária em função dos impactos decorrentes de atividades como terraplanagens para a instalação do canteiro de obras, cortes e aterros para implantação das vias de acessos, escavações em geral, abertura de jazidas de terra, formação de áreas

2.10 Planos de negócios

de bota-fora e instalação ou aceleração de processos erosivos no local da obra, entre outras atividades relacionadas à implantação dos aerogeradores e subestações.

Para contribuir com a disseminação da Integridade e Sustentabilidade da Companhia destacamos uma das ações corporativas relacionadas às práticas ASG atualmente em nosso pipeline de iniciativas, as Relações Comunitárias. A Companhia mantém um diálogo transparente e permanente com as comunidades localizadas nos arredores dos seus empreendimentos, baseados em agenda comum positiva, de longo prazo, voltada para o desenvolvimento local sustentável, respeitando a liberdade de expressão e a manifestação pacífica, de acordo com a lei e nos limites do Código de Conduta e Política Corporativa Anticorrupção.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Nos termos do artigo 40 e parágrafo único da Resolução CVM nº 80, o emissor em recuperação judicial é dispensado de entregar este item do formulário de referência até a entrega em juízo do relatório circunstanciado ao final do processo da recuperação.

5.2 Descrição dos controles internos

Nos termos do artigo 40 e parágrafo único da Resolução CVM nº 80, o emissor em recuperação judicial é dispensado de entregar este item do formulário de referência até a entrega em juízo do relatório circunstanciado ao final do processo da recuperação.

5.3 Programa de integridade

Nos termos do artigo 40 e parágrafo único da Resolução CVM nº 80, o emissor em recuperação judicial é dispensado de entregar este item do formulário de referência até a entrega em juízo do relatório circunstanciado ao final do processo da recuperação.

5.4 Alterações significativas

Nos termos do artigo 40 e parágrafo único da Resolução CVM nº 80, o emissor em recuperação judicial é dispensado de entregar este item do formulário de referência até a entrega em juízo do relatório circunstanciado ao final do processo da recuperação.

5.5 Outras informações relevantes

Nos termos do artigo 40 e parágrafo único da Resolução CVM nº 80, o emissor em recuperação judicial é dispensado de entregar este item do formulário de referência até a entrega em juízo do relatório circunstanciado ao final do processo da recuperação.